Cia. Agrícola Debelma

CNPJ 03.366.569/0001-63

Demonstrações Financeiras Exercícios Findos em 31 de Março (em milhares de reais)

Balanço Patrimonial

Ativo	2017	2016
Circulante	**2.379**	**7.811**
Caixa e equivalentes de caixa	2	3
Títulos e valores mobiliários	2.351	7.776
Tributos a recuperar	26	32
Não circulante	**23.590**	**12.459**
Depósitos judiciais	105	105
Investimento em coligada	1.158	-
Propriedades para Investimento	5.765	6.015
Imobilizado	16.562	6.339
Total do ativo	**25.969**	**20.270**

Passivo e patrimônio líquido	2017	2016
Circulante	**2.467**	**5.545**
Obrigações com aquisição de terras	1.113	-
Salários e encargos sociais	1	1
Tributos a recolher	65	50
Adiantamentos de clientes	742	216
Dividendos a pagar	521	278
Partes relacionadas		5.000
Outras contas a pagar	25	-
Não circulante	38	38
Provisão para contingências	38	38
Total do passivo	**2.505**	**5.583**
Patrimônio líquido	**23.464**	**14.687**
Capital social	14.628	13.800
Adiantamento para futuro aumento de capital	6.000	-
Reservas de lucros	2.836	887
Total do passivo e do patrimônio líquido	**25.969**	**20.270**

Demonstração do Resultado do Exercício

	2017	2016
Receita	1.883	1.326
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(715)	(414)
Resultado de equivalência patrimonial	111	-
Ganho com participação adquirida	841	-
Lucro operacional	**2.120**	**912**
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	359	368
Despesas financeiras	(11)	-
	348	368
Lucro antes do IR e CS	**2.468**	**1.280**
IR e CS correntes	(276)	(108)
Lucro líquido do exercício	**2.192**	**1.172**
Lucro básico e diluído por ação - em reais	**2.022**	**1.143**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício antes do IR e CS	**2.468**	**1.280**
Ajustes: Depreciação	253	231
Resultado de equivalência patrimonial	(952)	-
Rendimentos de aplicações financeiras	(359)	(368)
	1.410	1.143
Variações nos ativos e passivos: Contas a receber	-	150
Tributos a recuperar	6	-
Depositos judiciais	-	(33)
Salários e encargos sociais	-	1
Tributos a recolher	15	31
Adiantamentos de clientes	526	(33)
Outras contas a pagar	25	-
	1.982	1.259
Dividendos recebidos	57	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(276)	(108)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.763	1.151
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações em títulos e valores mobiliários, líquidos	5.784	(5.875)
Investimento em coligadas	(263)	-
Aquisição de imobilizado	(9.113)	(49)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(3.592)	(5.924)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital	6.000	-
Pagamentos de dividendos	-	(230)
Partes relacionadas	(5.000)	5.000
Integralização de capital	828	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	1.828	4.770
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(1)**	**(3)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	6
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2	3

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	AFAC	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Lucros a destinar	Lucros acumulados	Total
Em 31 de março de 2015	7.800	-	161	691	-	8.652
Integralização de capital	5.141	-	-	-	-	5.141
Integralização de capital com reservas	859	-	(168)	(691)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.172	1.172
Destinação do lucro: Constituição de reserva legal	-	-	59	-	(59)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(278)	(278)
Constituição de reserva de lucros a destinar	-	-		835	(835)	-
Em 31 de março de 2016	13.800	-	52	835	0	14.687
Integralização de capital - AGO/E 21/6/2016	828	-	-	-	-	828
Reversão de dividendos mínimos - AGO/E 21/6/2016	-	-	-	278	-	278
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	6.000	-	-	-	6.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	2.192	2.192
Destinação do lucro: Constituição de reserva legal	-	-	110	-	(110)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(521)	(521)
Constituição de reserva de lucros a destinar	-	-	-	1.561	(1.561)	-
Em 31 de março de 2017	14.628	6.000	162	2.674	-	23.464

Contador - Responsável Técnico
Durvalino Corrêa Junior - CRC: 1SP222726/O-0

As Demonstrações Financeiras completas, com as notas explicativas, encontram-se a disposição dos senhores acionistas na sede da Companhia.

Fundação Paulista de Assistência à Infância "Casa Dom Gastão"

C.N.P.J. 62.081.138/0001-10

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em Reais)

Ativo	Nota	2016	2015
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	638.486,22	866.336,56
Adiantamentos		45.194,48	46.515,95
Despesas antecipadas		894,76	1.318,66
		684.575,46	**914.171,17**
Não Circulante			
Realizável em longo prazo			
Aplicações Financeiras		158.179,55	-
Imobilizado	5	1.591.904,66	1.106.908,05
Total do ativo		**2.434.659,67**	**2.021.079,22**

Passivo	Nota	2016	2015
Circulante			
Contas e títulos a pagar	6	245.935,88	2.814,39
Obrigações trabalhistas e fiscais	7	157.712,52	140.905,77
		403.648,40	**143.720,16**
Patrimônio Líquido	9		
Patrimônio social		1.936.479,21	1.732.030,09
Superávit do exercício		94.532,06	145.328,97
		2.031.011,27	**1.877.359,06**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.434.659,67**	**2.021.079,22**

Demonstração dos resultados dos períodos Findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em Reais)

	Nota	2016	2015
Receitas das atividades de educação			
Receitas de convênios públicos	10	964.760,97	944.708,29
Despesas das atividades de educação			
Despesas com pessoal	11	(826.964,79)	(733.849,58)
Despesas administrativas e gerais	12	(451.718,42)	(423.907,23)
Despesas financeiras e bancárias		(4.013,39)	(3.241,71)
Despesas fiscais, tributárias e previdenciárias		(10.803,96)	(7.605,06)
Despesas serviços voluntários	13	(102.688,13)	(92.897,85)
		(1.396.188,69)	**(1.261.501,43)**
Déficit das atividades de educação		(431.427,72)	(316.793,14)
Outras receitas (captação)			
Receitas de doações	14	162.112,11	101.902,08
Receitas de serviços voluntários	13	102.688,13	92.897,85
Receitas financeiras		92.399,42	78.488,29
Receitas de locações		57.490,14	74.398,80
Receitas de convênios beneficentes e assistenciais		37.500,00	67.500,00
Receitas de campanhas e eventos sociais		30.963,31	44.572,90
Outras receitas institucionais		42.806,67	2.362,19
		525.959,78	**462.122,11**
Superávit do exercício		94.532,06	145.328,97

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em Reais)

	Patrimônio social	Superávit (déficit) do exercício	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31/12/2014	**1.622.983,70**	**109.046,39**	**1.732.030,09**
Incorporação à conta patrimônio social	109.046,39	(109.046,39)	-
Superávit do exercício	-	145.328,97	145.328,97
Saldo em 31/12/2015	**1.732.030,09**	**145.328,97**	**1.877.359,06**
Ajuste do imobilizado	-	59.120,15	**59.120,15**
Incorporação à conta patrimônio social	145.328,97	(145.328,97)	-
Superávit do exercício	-	94.532,06	94.532,06
Saldo em 31/12/2016	**1.877.359,06**	**153.652,21**	**2.031.011,27**

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em Reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	94.532,06	145.328,97
Ajustes por :		
Depreciação e amortização	66.815,54	62.664,33
Baixa de imobilizado - doação	10.973,25	-
Resultado líquido ajustado	**172.320,85**	**207.993,30**
(Aumento) redução nos ativos		
Em adiantamentos	1.321,47	(22.814,77)
Em despesas antecipadas	423,90	(142,62)
Em aplicações financeiras	(158.179,55)	-
Aumento (redução) nos passivos		
Em contas e títulos a pagar	243.121,49	(15.577,27)
Em obrigações trabalhistas, fiscais e tributárias	16.806,75	73.601,57
	103.494,06	35.066,91
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**275.814,91**	**243.060,21**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(503.665,25)	(51.678,66)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	**(503.665,25)**	**(51.678,66)**
Variação do caixa e equivalentes de caixa	**(227.850,34)**	**191.381,55**
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
No fim do exercício	638.486,22	866.336,56
No início do exercício	866.336,56	674.955,01
Variação do caixa e equivalentes de caixa	**(227.850,34)**	**191.381,55**

Notas Explicativas do Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

1 Objetivos sociais - Fundação Paulista de Assistência à Infância, também designada como "Casa Dom Gastão", C.N.P.J. 62.081.138/0001-10, instituída por Escritura Pública de 24 de outubro de 1923, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos e possui caráter exclusivamente beneficente, educacional, assistencial, filantrópico e promocional, que se rege pelo seu Estatuto Social e pela legislação aplicável. **A Fundação tem por finalidade: a.** Promover o amparo e a proteção da infância necessitada, através de serviços de creche e escolas de educação infantil; **b.** Oferecer serviços de promoção humana, beneficente, religiosa, assistencial e promocional em favor das crianças pobres e carentes; **c.** Assistir as crianças e jovens carentes nos âmbitos social, educacional, profissional e espiritual. A Fundação foi reconhecida como entidade de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Lei nº 3.198 de 28 de agosto 1970 e Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 4.845 de 25 de agosto de 1960. Também foi registrada no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, através do processo nº 079276/1958-80, de 23 de janeiro de 1.959. A Fundação está registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente sob o nº 002/CMDCA/1994, conforme Resolução nº 59/CMDCA/01. **2 Base de preparação - a. Declaração de conformidade.** es contábeis foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, consubstanciadas nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos, ITG 2002 – Entidade Sem finalidade de Lucros e posteriores alterações e NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que visam orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros. **b. Base de mensuração.** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação .** As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em reais. **d. Uso de estimativas e julgamentos.** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **3 Principais políticas contábeis -** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis. **a. Apuração do resultado.** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o princípio de competência de acréscimo. **b. Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos bancários de livre movimentação e investimentos financeiros, demonstrados pelo valor da aplicação, acrescidos dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço. **c. Adiantamentos.** Referem-se a créditos com funcionários provenientes de férias, cuja apropriação da despesa ocorrerá em exercício seguinte. **d. Despesas antecipadas.** Refere-se a pagamento de prêmios de seguros, cujo período de vigência beneficia o exercício seguinte e estão representadas pelo seu valor nominal. **e. Imobilizado.** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada, reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada item do imobilizado. Em dezembro de 2016 a Casa Dom Gastão realizou o levantamento físico dos bens integrantes do ativo imobilizado, conforme Laudo Técnico de Avaliação Patrimonial, assinado por especialistas. Os bens foram avaliados utilizando-se o Método Comparativo Direto, que tem por objetivo apurar o valor dos bens através de similares em mercado, bem como a sua vida útil. Os efeitos dos ajustes foram realizados em contrapartida do Patrimônio Líquido. **f. Redução ao valor recuperável.** Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo é testado. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. **g. Passivos circulantes.** Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. O passivo para remuneração de funcionários, principalmente relativo aos encargos de férias, é provisionado à medida que vencem os períodos aquisitivos. **h. Provisões.** Uma provisão é constituída no balanço, quando possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico, seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **i. Patrimônio líquido.** Constituído pela dotação inicial, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e que são empregados integralmente nos objetivos sociais da Fundação. **4 Caixa e equivalentes de caixa**

	2016	2015
Caixa	4,30	1.623,01
Bancos conta movimento	31,00	31,74
Bancos conta poupança	269.074,35	265.065,93
Aplicações financeiras	369.376,57	599.615,88
	638.486,22	**866.336,56**

A Fundação mantém a parcela disponível do superávit dos exercícios aplicados financeiramente enquanto não reinvestidos em atividades ligadas ao seu objeto social. As aplicações financeiras referem-se a fundos de investimentos que acompanham as variações diárias da taxa de juros do CDI ou da taxa SELIC, mediante aplicação de seus recursos em cotas de fundos de investimentos.

5 Imobilizado

A movimentação do imobilizado e intangível pode ser assim demonstrada:

Ativo Imobilizado	Taxa média depreciação ao a.a	2016 Custo	2016 Depreciação Acumulada	2016 Saldo líquido	2015
Imóveis	4%	1.315.124,68	(361.049,38)	954.075,30	1.006.675,02
Reformas e benfeitorias em imóveis	0%	477.900,00	-	477.900,00	-
Máquinas e equipamentos	10%	5.756,42	-	5.756,42	1.864,29
Aparelhos e equipamentos telefônicos	10%	575,00	-	575,00	-
Lavanderia	10%	17.296,00	-	17.296,00	-
Condicionares de ar	10%	783,00	-	783,00	-
Copa e cozinha	10%	10.550,52	-	10.550,52	-
Equipamentos de informática	10%	4.968,17	-	4.968,17	-
Móveis e utensílios	10%	75.166,01	-	75.166,01	66.450,53
Veículos	20%	11.524,00	-	11.524,00	-
Instrumentos musicais	10%	31.395,66	-	31.395,66	-
Bens religiosos	0%	1.914,58	-	1.914,58	-
Brinquedos e materiais esportivos	10%	-	-	-	22.172,47
Aparelhos de som, vídeo e imagem	10%	-	-	-	4.414,24
Equipamentos de informática	20%	-	-	-	5.331,50
Totais		**1.952.954,04**	**(361.049,38)**	**1.591.904,66**	**1.106.908,05**

	2016	2015
No início do Exercício	**1.106.908,05**	**1.117.893,72**
Aquisições	663.594,61	51.678,66
Baixas	(229.823,42)	-
Depreciação	(66.815,54)	(62.664,33)
Baixa de Depreciação	118.040,96	-
No fim do Exercício	**1.591.904,66**	**1.106.908,05**

6 Contas e títulos a pagar

	2016	2015
Fornecedores de serviços	220.535,88	2.814,39
Fornecedores de materiais	25.400,00	-
	245.935,88	**2.814,39**

7 Obrigações trabalhistas, fiscais e tributárias

	2016	2015
Salários	36.075,55	33.640,99
Provisões de férias e encargos	105.552,74	95.563,30
Encargos s/ salários	11.857,07	11.320,44
Impostos e contribuições a recolher s/ prestação de serviços	4.227,16	381,04
	157.712,52	**140.905,77**

8 Provisão para contingências - A Fundação é pólo passivo em ações judiciais e administrativas, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo substancialmente questões previdenciárias e trabalhistas. Respaldada pela representação de seus assessores jurídicos, a Administração não tem conhecimento de contingências trabalhistas, cíveis ou fiscais, bem como de outras naturezas, que requeiram a constituição de provisão para futura perda. **9 Patrimônio Líquido - a. Patrimônio Social.** Os superávits da Fundação são empregados integralmente nos seus objetivos sociais comentados na Nota Explicativa 1. O Patrimônio Social acumula valores recebidos de ajustes e parcelas de superávits (déficits) de exercícios anteriores. O valor do superávit é incorporado ao Patrimônio Social, conforme Resolução CFC N.º 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros. **b. Dissolução ou extinção.** Na eventual possibilidade de encerramento das atividades da Fundação, por meio de anuência de 2/3 (dois terços) de seus membros, deliberada pelo Conselho de Benfeitores e prévia aprovação do Arcebispo Metropolitano de São Paulo, seu patrimônio social, descontado o passivo e respeitados os direitos e doações condicionais, será destinado à outra Fundação de igual finalidade, preferencialmente registrada no CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social) e à escolha do Conselho de Benfeitores, na forma da legislação vigente. **10 Receitas de convênios públicos**

	2016	2015
P.M.S.P. - Secretaria da Educação (a)	**964.760,97**	**944.708,29**

Descrição dos convênios: (a) PMSP- Secretaria Municipal de Educação - Termo de Convênio nº 151/SME/2010-RP referente Processo 2010-0.131.482-0 (validade: 01/07/2010 a 30/06/2015) e PMSP- Secretaria Municipal de Educação - Termo de Convênio nº 008/DRE-IP/2015-RP referente Processo 2015-0.068.217-5 (validade: 01/07/2015 a 31/12/2017). Constitui objeto do convênio o atendimento a crianças por meio do Centro Educação Infantil/Creche, segundo as diretrizes técnicas da Secretaria Municipal de Educação e de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pela Diretoria Regional de Educação – DRE. **11 Despesas com pessoal**

	2016	2015
Salários	(544.683,01)	(501.862,33)
Provisões de férias, 13º salário e encargos	(137.731,02)	(152.296,43)
Encargos sociais	(93.362,09)	(54.229,04)
Outras despesas com pessoal	(30.730,65)	(9.870,45)
Benefícios	(20.458,02)	(15.591,33)
	(826.964,79)	**(733.849,58)**

12 Despesas administrativas e gerais

	2016	2015
Prestadores de serviços - PJ	(112.923,39)	(67.433,10)
Alimentação	(67.226,04)	(84.129,09)
Depreciação	(66.815,54)	(62.664,33)
Utilidades e serviços	(56.561,36)	(41.861,32)
Despesas com manutenção do imóvel	(54.125,76)	(36.897,84)
Materiais de consumo	(51.029,36)	(25.991,06)
Seguros	(2.477,03)	(2.565,06)
Outras	(40.559,94)	(102.365,43)
	(451.718,42)	**(423.907,23)**

13 Receitas (despesas) de serviços voluntários - Conforme determinado pela ITG 2002, para efeito de cumprimento à resolução aplicável a entidades sem finalidade de lucros, a Fundação Paulista de Assistência à Infância identificou e mensurou os trabalhos voluntários recebidos durante os exercícios de 2016 e 2015. O valor do trabalho voluntário foi reconhecido com base em valores de mercado correspondentes a cada um dos serviços recebidos. Nenhum dos valores teve o desembolso de caixa correspondente, tendo sido reconhecidos, como receita e despesa operacional nas demonstrações de resultados dos períodos. **14 Doações**

	2016	2015
Associados – pessoas jurídicas	117.405,18	426,05
Cooperadores	23.623,60	49.324,18
Donativos em gêneros	21.083,33	52.151,85
	162.112,11	**101.902,08**

15 Imunidades / Isenções tributárias usufruídas - A Fundação é imune de Impostos e de Contribuições para a Seguridade Social por força do art. 150, inciso VI, alínea "c" e do § 7º do art. 195, da Constituição Federal. Ademais, cumpre integralmente todos os requisitos previstos no Código Tributário Nacional para gozo da imunidade tributária. A título de demonstração, a Fundação vem evidenciando suas Contribuições Sociais Usufruídas do INSS, com base na Lei 8.212/91, em sua redação primitiva. Esses valores anuais equivalem à Isenção (Imunidade) Usufruída – INSS, conforme demonstramos:

	2016	2015
Custo da Isenção Usufruída-I.N.S.S.-Empresa	129.948,32	119.997,29
Custo da Isenção Usufruída-I.N.S.S.-RAT	12.994,84	11.984,94
Custo da Isenção Usufruída-I.N.S.S.-Terceiros	37.685,01	34.756,33
	180.628,17	**166.738,56**

16 Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - A certificação das entidades beneficentes de assistência social é concedida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social com a finalidade de prestação de serviços nas áreas de assistência social, saúde e educação e que atendam ao disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009. Em 15 de outubro de 2013 foi publicada a Lei nº 12.868 que entre outros alterou dispositivos da Lei 12.101 de 27 de novembro de 2.009. A Fundação foi registrada no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) pelo processo nº 079276/1958-80 em 23 de janeiro de 1959, tendo seu Certificado de Entidade de Assistência Social original deferido em 25 de junho de 1963 conforme Processo nº 00000.028967/1963-00. A Fundação teve seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) **renovado** pelo Processo nº 23123.001798/2010-04, conforme Portaria nº 196 de 13 de fevereiro de 2015, publicado no Diário Oficial da União em 19 de fevereiro de 2015, para o período de 01/01/2010 a 31/12/2014. A Fundação protocolizou tempestivamente, em 08 de dezembro de 2014, novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, através do Processo nº 000884.23123/2013, sendo este remetido ao Ministério da Educação, o qual encontra-se em análise. Para atender os requisitos da legislação, Fundação utiliza-se de sua receita integral, nos serviços socioassistenciais prestados, de forma gratuita, de modo que os usuários **não contribuem** com nenhum tipo de remuneração ou contraprestação, tendo com isso a gratuidade integral dos seus serviços prestados. Portanto, a Fundação aplica inteiramente seus recursos em gratuidades, dando total cumprimento ao disposto no Artigo 13, Seção II, da Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009. **Atividades desenvolvidas:** A Fundação promove o acesso à educação infantil, de acordo com o conteúdo programático do Plano Nacional de Educação e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), especificamente às suas prioridades e metas. A Fundação possui Certificado de Credenciamento Educacional, com validade até 24 de agosto de 2017. Os serviços prestados são oferecidos gratuitamente, para crianças na faixa etária de dois até cinco anos, de segunda a sexta feira, das 07:10 às 17:10 hs. Elas recebem alimentação, realizam atividades pedagógicas e de aprendizado. No exercício de 2016 a Fundação atendeu 160 crianças (160 em 2015). O acesso ao serviço é realizado através de demanda identificada pela Secretaria da Educação e abrange usuários da região do Bom Retiro e entorno. As características marcantes dos usuários são crianças moradoras de cortiços, sendo que muitos são de origem nordestina ou imigrantes coreanos e bolivianos, que vieram para São Paulo em busca de melhor situação financeira e de vida. **Demonstração do custo do atendimento gratuito - Gratuidades concedidas**

	2016	2015
Custo do atendimento gratuito	1.396.188,69	1.261.501,43
(-) Convênio P.M.S.P. (nota 10)	(964.760,97)	(944.708,29)
Gratuidade oferecida pela Fundação	**431.427,72**	**316.793,14**

* Os valores foram extraídos da Demonstração do Resultado. **17 Cobertura de seguros -** A Fundação adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. **18 Partes relacionadas -** A Fundação não efetuou nenhuma transação ou contratou partes relacionadas e os conselheiros da Entidade não são remunerados. **19 Instrumentos financeiros -** A Fundação opera apenas com instrumentos financeiros não-derivativos que incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas, cujos valores são representativos a respectivos valores de mercado.

Diretoria

Maria José de Sousa Brito
Diretora - Presidente
C.P.F. 446.356.803-04

Ana Célia Pereira Gomes
Diretora - Financeira
C.P.F. 805.164.083-72

Juliana Iazzetti Venturini
Contador-CRC1SP 245105/O-9
C.P.F. 298.486.718-11
Monello Contadores
CRC 2SP 014827/O-0

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0047924-31.2005.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Luiz Raphael Nardy Lencioni Valdez, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Ricardo Bove, CPF 266.001.568-64, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cobrança, pelo Procedimento Comum, na fase de cumprimento de sentença, movida por Fundação Armando Álvares Penteado. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para ciência de que nos autos procedeu-se a penhora sobre: a) quantia bloqueada judicialmente no montante de R$ 481,02 (Banco Itaú Unibanco em 18/04/2016) e b) veículo marca/modelo Hyundai/I30 2.0, ano/modelo 2011/2012, placa FAL-0944, Renavam 00455348669, e para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça impugnação, na ausência dos quais prosseguirá o feito em seus ulteriores termos, para quitação do débito na quantia de R$ 26.043,68 (agosto/2016). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. 11 e 12/07

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº **0059457-37.2012.8.26.0100**-1397/12.] O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo,Dr(a).Renata Pinto Lima Zanetta, na forma da Lei, etc.FAZ SABER a(o) Instituto Ortopédico e Clinica de Fraturas Dr. Godoy Moreira S/A, na pessoa do rep. legal, Francisco Elias Godoy Moreira e Maria Joanna Lunardelli Godoy Moreira, +Djanira Ribeiro Neves, Imóveis e Incorporações M. Roizman S/A, na pessoa do rep. legal, Centro Comercial Paulista, na pessoa do rep. legal, Conjunto Arquitetônico Bela Vista,na pessoa do rep.legal, Marcio de Souza Meirelles e Wanda Godoy Moreira Meirelles, Paulo de Godoy Moreira e Maria Cecilia Freitas de Godoy Moreira, Walter Strobel e Vera Godoy Moreita Strobel, Asferro S/A Comércio e Industria de Aço e Ferro, na pessoa do rep. legal, João Angelico e Maria Adelaide Barbosa Arnaud, Exemplar Construções Ltda, na pessoa do rep. legal, Daniel Chequer - falecido, Marcos Renato Denadai, Ezequiel João, Renato Palladino, Jamile Salim João, Eneida Marques Conti, Mario Luiz Marques Conti, Esther Froes Brochetto, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Daisy Hussni Chequer ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando a titularidade de domínio do imóvel localizado na Av Brig Luiz antonio, 2050, 7º andar cj 76, São Paulo SP, alegando posse mansa e pacifica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 dias. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. [11,12]

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
SAO PAULO/SP

Pelo presente EDITAL, nos termos do art. 19 da Lei 8004/90 e art. 15 da RD 08/70, tendo em vista a ausência de notificação pessoal pelo oficial do cartório nos termos da certidão apresentada, fica(m) notificado(s) o(s) mutuario(s) abaixo, para ciência de que estamos autorizados na forma dos artigos 19 e 21 da Lei nº 8004 de 14/03/1990 e do Decreto-Lei nº 70, de 21/11/1966 e das normas complementares do S.F.H., a promover a execução extrajudicial da(s) HIPOTECA(S) que oneram os imóveis descritos a seguir.

Ficam cientificados, outrossim, de que tem o prazo de 20(vinte) dias, contados de 12/06/2017, para, querendo, purgar(em) o debito e evitarem a execução, o que poderá ser feito no endereço de cobrança descrito abaixo:

SED:1923B - CONTRATO: 818640009003-9 - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA - AGENCIA 0235 - SE

ENDERECO DO IMÓVEL:AVENIDA NUNO MARQUES PEREIRA, N° 110, APARTAMENTO 24, LOCALIZADO NO 2° ANDAR, BLOCO D, CONDOMINIO PARQUE DAS FLORES, JARDIM IMBE, 29° SUBDISTRITO SANTO AMARO SAO PAULO/SP CABENDO-LHE O DIREITO A UMA VAGA INDETERMINADA NO ESTACIONAMENTO COLETIVO LOCALIZADO A NÍVEL DO TERREO, PARA A GUARDA DE UM AUTOMÓVEL

HILDO MODESTO DE ARAUJO, BRASILEIRO(A), INSPETOR DE QUALIDADE, CPF: 03433305803, CI: 15.300.887-SSP/SP CASADO(A) COM CICERA ERNESTO DE ALBUQUERQUE ARAUJO, BRASILEIRO(A), DO LAR, CPF: 09313763869, CI: 30.094.872-4 SSP/SP. E CLAUDIO MODESTO DE ARAUJO, BRASILEIRO(A), OPERADOR DE MICROCOMPUTADOR, CPF: 13254781805, CI: 20.523.153-SSP/SP SOLTEIRO(A) e cônjuge, se casado(a) estiver.

FIDUCIAL DIST. TITULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA
Endereço de Cobrança:
AGENCIA DA CAIXA ECONOMICA FEDERAL ONDE PAGAVA AS PRESTACOES

12 – 13 - 14/07/2017

Raphael Jafet Agro Industrial Ltda.

CNPJ/MF nº 50.431.188/0001-09 - NIRE 35 2 0019579 3

Ata Reunião de Socios Quotistas

Local: Batatais/SP, na Fazenda Potrero, CEP 14300-000. **Atos constitutivos**: Contrato social e alterações devidamente arquivados na JUCESP/NIRE 35200195793, em 27/12/1978. **Presentes:** a totalidade dos seus sócios e administradores, (1) Raphael Jafet & Cia. Ltda., com sede em São Paulo/SP, no Largo do Arouche, 150, 3º andar, conj. 310, CNPJ nº 61.276.630/0001-88, atos constitutivos arquivados na JUCESP nº 28.089 em 01/07/1925 e NIRE nº 35 2 0525598 1, neste ato representada pelos seus sócios administradores, Paulo Raphael Jafet e Raphael Jafet Junior, abaixo qualificados

COMUNE S/A

C.N.P.J - 14.058.823/0001-82

Demonstrações Financeiras 31/12/2014 e 31/12/2013 (Em Reais)

Balanço Patrimonial

Ativo	NE	2014	2013
Circulante		**1.016.921**	**279.253**
Equivalentes de caixa	4	210.964	54.828
Clientes	5	605.945	8.916
Impostos a recuperar	6	147.957	509
Outras contas a receber	7	52.055	215.000
Não Circulante		**560.933**	**472.467**
Imobilizado		**560.933**	**472.467**
Imobilizado	8	203.062	329.595
Intangível	8	357.872	142.872
Total do Ativo		**1.577.854**	**751.720**

Passivo	NE	2014	2013
Circulante		**299.187**	**50.894**
Fornecedores		59.914	-
Impostos, Taxas e Contribuições		85.845	894
Salários e Encargos a pagar		1.778	-
Provisões Diversas		46.953	-
Outras Obrigações	9	104.696	50.000
Não Circulante		-	-
Patrimônio Líquido		**1.258.668**	**700.826**
Capital Social	10	1.057.678	793.178
Retenção de Lucros		200.990	(92.352)
Total do Passivo		**1.557.854**	**751.720**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Prejuízo Acumulados	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2012	**285.743**	**(6.672)**	**18.985**	**298.056**
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	-	-	(104.665)	**(104.665)**
Aumento de capital	507.435	-	-	**507.435**
Resultados Abrangentes	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2013	**793.178**	**(6.672)**	**(85.680)**	**700.826**
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	-	-	294.048	294.048
Aumento de capital	264.500	-	-	264.500
Resultados Abrangentes	-	-	(707)	(707)
Saldos em 31/12/2014	**1.057.678**	**(6.672)**	**208.368**	**1.258.668**

Demonstração do Resultado do Exercício

	2014	2013
Receitas	**3.285.665**	**30.820**
Receitas Prestação de Serviços	3.285.665	30.820
Impostos e deduções sobre as receitas	**(185.778)**	**-**
Impostos e Deduções		
Incidentes sobre as Receitas	(185.778)	
Receitas líquidas	**3.099.887**	**30.820**
Custos dos serviços vendidos	**(512.698)**	**-**
Custo dos Serviços Vendidos	(512.698)	-
Lucro bruto	**2.587.189**	**30.820**
Receitas (despesas) operacionais	**(2.125.261)**	**(134.475)**
Despesas com Pessoal	(1.266.109)	(25.276)
Despesas com Clientes	(29.912)	(8.158)
Despesas com Escritório	(259.173)	(4.156)
Despesas Gerais e Administrativas	(563.201)	(24.563)
Despesas Tributárias	(7.025)	(712)
Receita/Despesa Financeira	-	(73.620)
Outras Despesas/Receitas Operacionais	159	2.010
Resultado financeiro		
Receita/Despesa Financeira	(38.734)	-
Lucro antes dos impostos	423.194	(103.655)
(-) IR e CS	(129.146)	(1.010)
Lucro líquido do exercício	**294.048**	**(104.665)**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional: A Comune S.A ("Companhia" ou "Comune") é uma entidade de capital fechado domiciliada no Brasil. A Companhia tem sede na capital do Estado de São Paulo, Avenida Paulista, 2001, Conjunto 1021, Cerqueira César. A Companhia tem por objetivo: **a)** A prestação de serviços de consultoria em tecnologia da informação contemplando desenvolvimento, treinamento, licenciamento, manutenção de sistemas, com foco específico em tecnologias de busca, mineração, tratamento e recuperação de dados, bem como suas atividades complementares. **b)** Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet e a comercialização de conteúdo e espaços publicitários. **c)** Participações em outras sociedades, congêneres ou não, como acionista, quotista ou sócia em conta de participação. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as praticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com a lei da sociedade anônima 6.404/76 incluindo as alterações incluídas pelas Leis nos 11.638/07 e 11.941/09, bem como os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Na elaboração das demonstrações contábeis e necessário realizar julgamentos e utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas continuamente. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes a provisões necessárias para passivos contingentes, Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa, seleção de vidas úteis para ativo imobilizado e de sua recuperação nas operações e pelo método de ajuste a valor presente, determinações de provisões para Imposto de Renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação as estimativas. A administração continuará reavaliando os efeitos dos novos pronunciamentos e as futuras regulamentações se forem aplicáveis para a preparação e apresentação para as demonstrações financeiras da entidade finda em 31/12/2014. **a) Apuração do resultado:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios. Uma receita não é reconhecida se existe uma incerteza significativa quanto à sua realização. **3. Sumário das principais práticas contábeis:** As despesas gerais e administrativas correspondem às despesas gerais e os custos operacionais, incluindo a aquisição em compras, TI e funções financeiras. **b) Moeda funcional:** A moeda funcional da sociedade é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. **c) Equivalentes de Caixa:** Estão representados por saldos de caixa e aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez imediata, que são prontamente conversíveis para quantias conhecidas de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **d) Contas a receber de clientes:** As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, o qual se aproxima do método de custo amortizado, reduzido de provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída a partir da análise de todos os títulos vencidos há mais de 90 dias, quanto a: (i) justificativa do cliente para o atraso; (ii) renegociação e/ou parcelamento do título; e (iii) possibilidade efetiva de o recebimento ser concretizado. **f) imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, menos depreciação calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 6 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. Os gastos com manutenção e reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesa quando incorridos. Os gastos que aumentam significativamente a vida útil das instalações e dos equipamentos são agregados ao valor do ativo imobilizado. **e) Redução ao valor recuperável - Impairment:** ***I) Ativos financeiros (incluindo recebíveis):*** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou o atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia e a suas condições não consideram em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. ***II) Ativos financeiros disponíveis para venda:*** Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido para o resultado. A perda reclassificada é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, diminuído de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Caso o valor justo de um título de dívida, para o qual tenha sido reconhecida uma perda no valor recuperável, apresente aumento e o aumento possa ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após a perda por redução no valor recuperável ter sido reconhecida, então a perda é revertida e o valor da reversão é reconhecido no resultado. Caso contrário, a reversão é reconhecida em outros resultados abrangentes. ***III) Ativos não financeiros:*** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não são o imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são, em grande parte, independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "Unidade Geradora de Caixa" ou UGC"). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o beneficio das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com a IFRS 8 e o CPC 22. Os ativos corporativos da Companhia e de suas controladas não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável, então o valor recuperável é alocado para a UGC ou para o grupo de UGC ao qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs e então, se ainda houver perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou do grupo de UGCs em uma base pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. ***IV) Passivos financeiros não derivativos:*** A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, empréstimos e financiamentos, obrigações com terceiros, outras obrigações, e contas a pagar com partes relacionadas. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31/12/2014. **g) Outros ativos circulantes e não circulantes:** Outros ativos circulantes e não circulantes são registrados pelo saber ou valores estimáveis acrescidos, quando aplicável, por encargos relacionados. **h) Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros irão beneficiar a empresa e seu custo ou o valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a entidade tem uma responsabilidade legal, como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar esta dívida. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **g) Passivos:** Os passivos são reconhecidos quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados à medida que são incorridos e registrados por meio de provisões. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. A provisão para férias é constituída para cobrir as obrigações relacionadas com as férias vencidas e proporcionais, e respectivos encargos sociais.

4. Equivalentes de caixa:	2014	2013
Caixa e bancos	2.002	-
Bancos	208.962	54.828
Total	**210.964**	**54.828**

As aplicações financeiras são de liquidez imediata, sendo sua natureza de CDB de curto prazo e aplicações automáticas. O Aplic Aut Mais é um serviço de aplicação e resgates automáticos dos recursos disponíveis em conta. A rentabilidade é diária e atrelada à taxa do DI1, os valores disponíveis em conta são aplicados em CDBs Itaú Unibanco, que oferecem uma rentabilidade que aumenta conforme o prazo de permanência dos recursos. O Aplic Aut Mais possui a garantia integral do Banco Itaú Unibanco e a garantia adicional do FGC - Fundo Garantidor de Créditos2.

5. Contas a receber	2014	2013
Clientes Nacionais	605.945	8.916
Total	**605.945**	**8.916**

Periodicamente a companhia faz análise de provisão de créditos de liquidação duvidosa, para baixar do saldo de contas a receber, de acordo com histórico de pagamentos de cada cliente, apresentando um saldo realizável.

6. Impostos a recuperar:	2014	2013
PIS pagamento a maior	26.348	91
COFINS pagamento a maior	121.609	419
Total	**147.957**	**509**
7. Outras Contas a Receber	**2014**	**2013**
Adiantamentos (a)	51.328	215.000
Prêmios de Seguros apropriar	727	-
Total	**52.055**	**215.000**

(a) nesta rubrica foram contabilizados adiantamentos a fornecedores para garantia da entrega de bens e serviços para manutenção do ciclo operacional.

8. Imobilizado:		Custo do Imobilizado		Valor Residual
Imobilizado e Intangível	**Taxa**		**Depreciação**	
Moveis e Utensílios	10%	31.000	- 2.449	28.551
Maquinas e Equipamentos	10%	65.099	- 7.737	57.362
Sistemas e Aplicativos	10%	357.872	-	357.872
Sub-Total Imobilizado		**453.971**	**- 10.186**	**443.784**
Projetos e Desenvolvimentos	20%	117.149	-	117.149
Sub-Total Intangível		**117.149**	**-**	**117.149**
Total Geral		571.119	- 10.186	560.933

As adições efetuadas pela companhia durante o ano de 2014 referem-se à compra de ativos operacionais, para disseminação da categoria e manutenção das atividades, modernização das instalações existentes em equipamentos e em tecnologia da informação.

09. Outras obrigações:	2014	2013
Adiantamentos de Clientes (a)	50.000	50.000
Juros S/Capital próprio (b)	31.859	-
Provisões diversas (c)	22.837	-
Total	-	50.000

a) Valor referente adiantamento do projeto click; (b) A empresa apura juros sobre capital próprio uma vez ao ano, para beneficiar-se do planejamento tributário e remunerar os acionistas sobre o valor investido no capital, com juros Selic conforme previsto na legislação vigente; (c) Provisões diversas tem registrado a serviços prestados em dezembro que foram pagos somente no ano subsequente a esta demonstração financeira. **10. Capital social: Capital social:** Durante o exercício de 2014 o diretor presidente em exercício aprovou por intermédio de acordo de acionistas, se faz necessária a deliberação a respeito da aprovação, pela assembleia de acionistas, para a emissão 264.500 de nova ações no valor nominal de R$ 1,00 totalizando 1.057.678 ações no montante de R$ 1.057.678,00.

	Ações	R$
Em 1ª de Janeiro de 2014	**793.178**	**793.178**
Emissão de novas ações no valor de R$ 1 cada	264.500	264.500
Em 31/12/2014	**1.057.678**	**1.057.678**

11. Imposto de renda e contribuição social: A Companhia adota o regime de tributação com base no lucro presumido para apuração do imposto de renda e da contribuição social. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com bases nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos de renda e da contribuição social. **12. Instrumentos financeiros:** A companhia opera com instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses. **13. Seguros:** A administração da companhia não adota a politica de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, considerando a natureza de sua atividade.

David Reck Diretor Presidente — **José Messias Costa da Silva** Contador - CT CRC 1SP151600/0-2

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº**0022174-77.2012.8.26.0100**-504/12.] O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo,Dr(a).VIVIAN LABRUNA CATAPANI,na forma da Lei, etc.FAZ SABER a(o) Eponina Viana e s/m Orestes Crediddio, Ubirajara Viana, Jair Vianna, Godofredo Vianna Filho, Jayme Vianna, Julieta Vianna, Justiniano Vianna, Julcira Vianna, Jacinta Vianna, Claudio D'Orazio e Manoela de Alva Escuredo, Amilton Alves Figueiredo e s/m Vanda Escolano Alves Figueiredo,Justiniano Vianna Sobrinho e s/m Terezinha Claro Viana,Davair Balduino e s/m Claudia Teixeira Balduino, Norberto Alves Pinto OU quem o imóvel possuir,Agmar Franco Silva OU quem o imovel possuir,José Geraldo dos Santos OU quem o imovel possuir, Sergio Medeiros Cremonezi OU quem o imovel possuir, Weber Oliveira Almeida OU quem o imovel possuir,réus ausentes,incertos,desconhecidos, eventuais interessados,bem como seus cônjuges e/ou sucessores,que José Francisco Lopes ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO,visando a titularidade de domínio do imóvel localizado na Av.Maria Luiza Americano,368,Jd.Nossa Senhora do Carmo,São Paulo SP,Cep. 08275-001, alegando posse mansa e pacifica no prazo legal.Estando em termos,expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para,no prazo de 15(quinze)dias úteis,a fluir após o prazo de 20dias.Não sendo contestada a ação,o réu será considerado revel,caso em que será nomeado curador especial.Será o presente edital,por extrato,afixado e publicado na forma da lei. **[11,12]**

EDITAL DE CITAÇÃO-PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS PROCESSO Nº **0023126-22.2013.8.26.0100** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 8ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Andre Salomon Tudisco, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) JOAQUIM MONTEIRO OLIVEIRA E SILVA, Brasileiro, portador do CPF nº 087.752.888-85 e RG nº 5376682, filho de Joaquim de Oliveira e Silva e Margarida Borges Monteiro, que por este Juízo tramita uma ação de Arrolamento Comum dos bens deixados por falecimento de por Joaquim de Oliveira e Silva, encontrando-se em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta (art. 626 do Código de Processo Civil) e para dizer, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital e após concluídas as citações, sobre as primeiras declarações, podendo arguir erros, omissões e sonegação de bens; reclamar contra a nomeação do inventariante e contestar a qualidade de quem foi incluído no título de herdeiro (art. 627, incisos I, II e III, do Código de Processo Civil). Fica advertido que decorrido o prazo sem manifestação, o processo seguirá em seus ulteriores termos, valendo a citação para todos os atos do processo, caso em que será nomeado curador especial (art. 257, IV do CPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 26 de abril de 2017. **[11,12]**

XV - Butantã 1ª Vara Cível EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1004328-27.2013.8.26.0704/01** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional XV - Butantã, Estado de São Paulo, Dr(a). Mônica de Cassia Thomaz Perez Reis Lobo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Ney Robson Bertoso, Rua Maria Carlota, 333, Vila Esperanca - CEP 03647-000, São Paulo-SP, CPF 063.847.454-02, RG 10340359, Brasileiro que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de Sentença, movida por Condomínio Edifício Karina. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pague a quantia de R$ 219.549,29 (janeiro/2017), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 19 de junho de 2017. **[11,12]**

Citação. Prazo 20 dias. Proc. **0030085-09.2013.8.26.0003**. O Dr. Marco Antonio Botto Muscari, Juiz de Direito da 4ª Vara Cível do Jabaquara/SP. Faz saber a Eraldo David D'Amico e David Tamiso D'Amico, que HC Design Ltda. ajuizou ação monitória em face de Cavanas Comércio de Veículos e Presentes Ltda-EPP, para cobrança de R$82.437,60 (nov/13), referente ao veículo Honda Civic LXS Flex, preto, DWT227, 07/07, chassi 93HFA66308Z101982. Tendo sido configurada a insolvência da empresa ré e estando os réus em lugar ignorado foi deferida a citação por edital, para que se manifestem e requeiram as provas cabíveis no prazo de 15 dias, a fluir do prazo supra, sob pena de serem aceitos os fatos, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o edital afixado e publicado na forma da Lei. **[11,12]**

Viksa SP Participações S.A.

CNPJ/MF n° 17.919.748/0001-95 - NIRE 35300452011

Relatórios de Administração (Referente ao exercício social findo em 31/12/2016 e 31/12/2015)

Senhores Acionistas, a administração da Viksa SP Participações S.A. ("Companhia") apresenta o Relatório da Administração, que acompanha as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício financeiro encerrado em 31/12/2016, elaboradas em conformidade com a legislação societária, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes. **Mensagem aos acionistas:** A Companhia prosseguiu no desenvolvimento de seu objeto social, mediante o desenvolvimento de projetos imobiliários em Brasília e, principalmente, no Estado de São Paulo. A Companhia conta hoje com (i) participação correspondente a 99,99% do capital da Villagio 22 Participações S.A., tendo assumido compromisso de aporte de R$ 15.130.000,00, a ser integralizado até 2018; (ii) participação correspondente a 99% do capital social da Stan Tibiriça Empreendimentos Ltda., tendo assumido compromisso de aporte de R$ 55.772.000,00, a ser integralizado em 2017; (iii) participação correspondente a 50% do capital social da Calgary Empreendimentos e Participações S/A. e a 50% do capital social da Melbourne Empreendimentos e Participações S/A., ambas controladas pela ECAP Engenharia Ltda; (iv) 2 imóveis para investimento, sendo eles (a) o apartamento 111 no Condomínio Artur Ramos localizado na rua Artur Ramos na cidade de São Paulo, por R$ 12.491.000,00, e (b) lotes 01,02 e 03 do loteamento Quinta do Barão, situado no bairro do Barreiro, em Bragança Paulista, por R$ 7.038.000,00; e (v) 4 imóveis no ativo imobilizado. A Companhia não participa da gestão dos negócios mencionados nos itens (i), (ii) e (iii) acima, os quais estão em fase de construção. **Desempenho:** A Companhia apresentou lucro no exercício de 2016 referente a receitas operacionais. **A Administração.**

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2016	2015
Ativo circulante		**26.745**	**29.894**
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	2.923
Outras Contas a Receber	5	26.744	22.461
Estoques	6	-	4.510
Tributos a recuperar		1	-
Ativo não circulante		**296.703**	**186.984**
Partes relacionadas	7	68.561	26.164
Investimentos	8	114.945	114.434
Imobilizado	9	113.197	46.386
Total do ativo		**323.448**	**216.878**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2016	2015
Passivo circulante		**16.249**	**25.391**
Fornecedores e outras contas a pagar	10	15.551	25.287
Obrigações tributárias		698	104
Passivo não circulante		**4.739**	**11.381**
Fornecedores e outras contas a pagar	10	2.430	9.072
Passivo fiscal diferido	11	2.309	2.309
Patrimônio líquido		**302.460**	**180.106**
Capital social	12	311.001	190.001
Reserva legal		68	-
Prejuízos acumulados		(8.609)	(9.895)
Total do passivo e do patrimônio líquido		**323.448**	**216.878**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

A Diretoria **Contador: José Calça -** CRC 1SP152897/O-6 e CPF 085.490.768-80

"As demonstrações financeiras completas encontram-se na sede da Companhia"

Serimob Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF n° 10.452.930/0001-30 - NIRE 3530044824-3

Relatórios de Administração (Referente ao exercício social findo em 31/12/2016 e 31/12/2015)

Senhores Acionistas, a administração da Serimob Empreendimentos Imobiliários S.A.("Companhia") apresenta o Relatório da Administração, que acompanha as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício financeiro encerrado em 31.12.2016, elaboradas em conformidade com a legislação societária, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes. **Mensagem aos acionistas:** Durante o exercício financeiro de 2016, a Companhia prosseguiu no desenvolvimento de seu objeto social. A Companhia conta hoje com (i) 11 apartamentos localizados na cidade de São Paulo, 6 lotes localizados no município de Porto Feliz, 1 lote localizado no município de Itupeva e 1 lote localizado no município de Piracicaba, todos destinados à venda; (ii) participação em 2 empreendimentos imobiliários, sendo eles (a) o empreendimento denominado - Condomínio I.N.C em fase de construção e (b) participação correspondente a 99,99% do capital social da Tervel SP Empreendimentos Imobiliários S.A., empresa oriunda da cisão da Bela Cintra Administradora de Bens Ltda.; (iii) 7 imóveis no ativo imobilizado; e (iv) 1 imóvel para investimento na cidade de São Paulo. **Desempenho:** A Companhia apresentou prejuízo no exercício de 2016, tendo em vista que os empreendimentos imobiliários dos quais a Companhia participa, ou estão em fase de investimento (construção) ou não foram comercializados. **A Administração.**

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora 2016	Controladora 2015	Consolidado 2016	Consolidado 2015
Circulante		**97.101**	**94.591**	**97.103**	**94.591**
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	100	3	100
Outras contas a receber		1.137	5	1.136	5
Estoques	5	95.879	94.307	95.879	94.307
Despesas antecipadas		84	158	85	158
Adiantamentos a fornecedores		-	20	-	20
Não circulante		**157.167**	**161.501**	**157.167**	**161.501**
Partes relacionadas	6	7.356	19.531	7.356	19.531
Investimentos	7	104.709	95.054	104.709	95.054
Imobilizado	8	45.102	46.916	45.102	46.916
Total do ativo		**254.268**	**256.092**	**254.270**	**256.092**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora 2016	Controladora 2015	Consolidado 2016	Consolidado 2015
Circulante		**1.230**	**460**	**1.230**	**460**
Fornecedores e outras contas a pagar		1.130	460	1.130	460
Obrigações tributárias		100	-	100	-
Não circulante		**36.227**	**34.718**	**36.229**	**34.718**
Fornecedores e outras contas a pagar		-	289	2	289
Partes relacionadas	6	23.114	22.171	23.114	22.171
Passivo fiscal diferido	7	13.113	12.258	13.113	12.258
Patrimônio líquido		**216.812**	**220.914**	**216.812**	**220.914**
Capital social	9	227.556	227.556	227.556	227.556
Ajuste de avaliação patrimonial		29.991	29.991	29.991	29.991
Prejuízos acumulados		(40.735)	(36.633)	(40.735)	(36.633)
Total do passivo e do patrimônio líquido		**254.268**	**256.092**	**254.270**	**256.092**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

A Diretoria **Contador: José Calça -** CRC 1SP152897/O-6 e CPF 085.490.768-80

"As demonstrações financeiras completas encontram-se na sede da Companhia"

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 0030991-04.2010.8.26.0100 - 695/10. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Renata Pinto Lima Zanetta, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Fernando Cardoso dos Santos, Fernando Cardoso dos Santos, João Luppi e s/m Maria Sanches Luppi, Cosme Damien Paulo Federici e s/m Rute de Freitas Soares Federici, Cosme Damien Paulo Federici e s/m Rute de Freitas Soares Federici, Ricardo Martini, 2. Sebastião Martini e s/m Adelina Lopes Martini,Antonio Martini e s/m Lucia Maia Martini, 4. Lucia Martini Destro e s/m Primo Antonio Destro, 5. Maria Aparecida Martini de Gobe e s/m Antonio de Gobe na pessoa do herdeiro Edson Hertz de Gobe, João Passarella Netto, 1. Cosme Damien Paulo Federici e s/m Rute de Freitas Soares Federici ii, 2. Antonio Martins, 3. Therezinha Martni Ferroni e s/m Dante Ferroni, Francisco Kreme e Ana Maria de Gobe Kreme, Sindia Maria de Gobe Passarela, Edson Hertez de Gobe e Izilda de Carvalho Gobe, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Ronaldo Anselmo Carvalho, Maria Aparecida Carvalho ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando a titularidade de domínio do imóvel localizado na São Pompônio, 278, Mooca, São Paulo SP, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 dias. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. 11 e 12/07

EDITAL DE LEILÃO JUDICIAL Edital de 1ª e 2ª Praça do bem imóvel e para intimação dos requeridos, MAURICIO MORENO MARTINS (CPF/MF,256.102.538-10), MAGDA MORENO MARTINS (CPF/MF, 193.431.988-09), IZABEL MORENO JODAS,(CPF/MF,190.654.928-10), MATHEUS MORENO MARTINS (CPF/MF , 448.766.588-44) representada por sua genitora, JOSEFA TENÓRIO MARTINS (CPF/MF,148.408.018-19), DARCIO MORENO MARTINS (CPF/MF,267.109,358-68) e demais interessados, expedido na Ação de Procedimento Comum (condomínio), nº 0002488-21.2011.8.26.0008, em trâmite na 5ª Vara Cível do Fórum do Tatuapé - Comarca de São Paulo/SP, ação esta requerida por , WAGNER ALVES MORENO (CPF/MF- 077.552.128-04).Nos termos do Art. 881, § 1º do NCPC, FAZ SABER que levará a leilão o bem abaixo descrito, através do portal de leilões on-line da ZUKERMAN LEILÕES (www.zukerman.com.br), em condições que segue: DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: Um Prédio e seu respectivo terreno, sito à Rua Dirceu, n º 49, no Bairro de Vila Formosa, no 46º Subdistrito – Formosa /SP, medindo 8,00m de frente; por 26,00m da frente aos fundos, em ambos os lados; tendo nos fundos a mesma largura da frente, encerrando a área de 208m², confrontando pelo lado direito de quem da rua olha para o imóvel, com o prédio número 57; do lado esquerdo com o prédio número 41, ambos da mesma rua; e, nos fundos com o prédio número 48 da Rua Lácio; distando 40,